

Encontros Bibli: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

de Albuquerque, Ana Cristina

Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e
Museologia

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 20,
núm. 43, mayo-agosto, 2015, pp. 20-46

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14741501003>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

ARTIGO

Recebido em:
22/02/2015

Aceito em:
28/05/2015

Encontros Bibl: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 20, n. 43, p. 20-46, mai./ago., 2015. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2015v20n43p20

Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia

Classification on focus: conceptual approaches in Archival, Library and Museum studies

Ana Cristina de Albuquerque

Universidade Estadual de Londrina

albuanati@yahoo.com.br

Resumo

A classificação se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que as relações de analogia se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou a informação possam ser apreendidos de forma precisa. Neste artigo analisa-se a noção de classificação a partir da abordagem nas áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, partindo-se do pressuposto de que tanto em sua perspectiva intelectual como aplicada a classificação para os três campos remonta a organizar e estruturar as informações e o conhecimento. Cada campo tem sua especificidade, no entanto, no que tange ao conceito de classificação, é possível inferir trocas e diálogos necessários ao debate conceitual que se torna relevante ao serem observados os objetivos comuns destas áreas do conhecimento: o acesso às informações por seus usuários, a organização do conhecimento e a sistematização e disseminação de conteúdos.

Palavras-chave: Classificação arquivística. Classificação bibliográfica. Classificação museológica. Classificação – Conceito.

Abstract

The classification is assorted due to the process of gathering and sharing knowledge by its similarities, display information in a way that the analogy relations excels so that sciences, knowledge or information may be accurately learnt. This article will analyze the idea of classification the according to the approach in the Archival Science, Librarianship and Museology, based on the fact that as much as in its intellectual perspective as in the physical, the classification for three fields leads to organizing and structuring information and knowledge. Each field has its specifications, however, concerning the concept of classification, it is possible to infer exchanges and essencial dialogues to a conceptual debate which is relevant when these common knowledge goals are observed: users access to information, knowledge organization and systematization and content dissemination.

Keywords: Archival classification. Bibliographical classification. Museology classification. Classification – Concept.



v. 20, n. 43, 2015
p. 20-46
ISSN 1518-2924



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](#).

1 INTRODUÇÃO

Um conceito, de acordo com Comte-Sponville (2003), em verbete do seu *Dicionário Filosófico*, é uma ideia abstrata de algo, mas que é definida e construída com precisão, pois é o resultado de uma prática e o elemento de uma teoria, seja esse conceito filosófico ou científico. Dessa forma, estudar um determinado conceito torna-se tarefa interessante no momento em que percebe-se que este passou por uma rica elaboração para se firmar durante o desenvolvimento social. Um conceito é como um instrumento em que, mentalmente, é possível definir diversas realidades, assim, pode-se compreender algo a partir do conjunto de propriedades que se elabora através dele. Portanto, os desenvolvimentos sociais são também fruto da elaboração de conceitos pelas pessoas, para melhor apreender e compreender o meio em que vivem e poder ter significados coerentes com suas aspirações.

Tendo sua raiz etimológica no latim *conceptus*, do verbo *concipere*, conceito significa “conter completamente” e “formar dentro de si”. É uma ideia que mentalmente se concebe e se pode entender, ou seja, é uma representação de uma realidade, mas abstrata e geral. De acordo com Abbagnano (2000, p. 164) conceito é: “[...] todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, este termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico [...]”. Uma característica de um conceito é que este tem uma história própria, pois ao mesmo tempo em que pode ser expresso por muitos “nomes” e significar a mesma coisa, é um emaranhado que se monta a partir de outros conceitos, é uma multiplicidade porque é construído constantemente.

De acordo com Shera (1957), um conceito é uma rede de associações, inferências, relacionamentos que se dão através do ato de categorização, pois, para o autor, se visto pelo ângulo da teoria do pensar, é um aspecto do processo do pensamento humano, ou seja, ao formar um conceito, determinada pessoa não o separa das funções inerentes do pensamento, pois essa atividade está ligada ao processo de organização da memória e outras funções mentais que acontecem naturalmente. Assim, a memória cria referências em que um padrão de relacionamentos é designado, fazendo com

que a formação de conceitos se perpetre a partir dessas determinações mentais. Para o autor, “[...] conceitos são a matéria de que o padronizar, isto é, a classificação é feita.” (SHERA, 1957) ou seja, um conceito é a representação mental de um objeto, elaborado a partir do processo inerente de nomear, classificar e categorizar para compreender o mundo, sendo múltiplo em sua formulação e dependendo de sua época.

Os conceitos estão ligados à classificação pela maneira como dividi-se e junta-se mentalmente objetos, pessoas, fatos, com isso dando características a cada um e montando, como um quebra-cabeça de significados, vários níveis e divisões de termos e palavras que se estendem até as ações cotidianas.

Como conceito, o termo classificação se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. A classificação é um fenômeno social e nela cada fato impulsiona a criação de novas formas de classificação entre os seres e os saberes. Dessa forma, as ações apresentadas no domínio das relações sociais são atos classificatórios.

Contextualizando a classificação das ciências, Kédrov (1974, p. 07), escreve que este é um dos problemas mais importantes da ciência contemporânea por significar “[...] *el vínculo de las ciencias* [...]” manifestado através de uma sucessão determinada ou princípios gerais. O autor, explica o assunto em questão tão antigo como a própria ciência visto que, a sistematização do conhecimento do homem sobre o mundo exterior e sobre o conhecimento do mundo é natural, já que cada ciência em particular executa esse procedimento com diferentes objetos ou fenômenos (KÉDROV, 1974). Para o autor: “La clasificación de las ciencias es la unificación de todos los conocimientos en un sistema único, en el cual se reflejan la lógica del objeto de estudio y las concepciones generales sobre el mundo y su conocimiento por el hombre.” (KÉDROV, 1974, p. 07).

O desenvolvimento da classificação das ciências é problematizado por Pombo (2002) quando expõe que é no século XIX que esta passa a ser vista definitivamente como uma atividade da filosofia das ciências, pois “[...] assumiu como sua tarefa principal a questão da relação entre as várias

ciências [...]” (POMBO, 2002, p.3). Com o progresso nas áreas do conhecimento e com o surgimento do que San Segundo Manuel (1996) chama de muitas “ciências de transição”, ou seja, as ciências que nascem entre uma e outra como a bioquímica, que é fruto da Química e da Biologia, tem-se uma necessidade de estabelecimento de limites e conexões: onde começa uma ciência e qual a sua ligação com outras (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

A elaboração de obras que propunham uma classificação, segundo Dahlberg (1979), se tornou um “hobby” que tinha entre os adeptos o físico Ampére, por exemplo, e influenciou de maneira pontual o trabalho de bibliotecários e documentalistas que também estavam à procura de alternativas para a organização de acervos, desenvolvendo assim novos sistemas e tentativas de organização. Neste sentido, Dahlberg (1979, p. 05) explica que a classificação das ciências se tornará um problema central da filosofia das ciências para autores como Augusto Comte, Ampère e Spencer porque se torna uma atividade filosófica autônoma que visa compreender as diversas relações entre os saberes e normatizar as ciências da época.

Fundamentada em semelhanças e contrastes, a classificação pode reunir a síntese e a análise, pois é a forma mais simples de ao mesmo tempo separar e agrupar os elementos, ou seja, de realizar a análise e a síntese (GIL, 2001). Dessa forma, percebe-se também a relação com o desenvolvimento do conhecimento, pois, com a organização deste em classes, sua função se amplia à de unificar e sistematizar os fatos e dados, com espaços que permitem crescer a partir do exterior, ou seja, nível a nível, de acordo com a hierarquia.

As classificações estão, para Gil (2001), numa posição que antecede o conhecimento, pois a organização de objetos em classes é, segundo o autor, uma fase anterior à classificação; assim, separa-se primeiro, depois se classifica. A determinação conceitual do termo classificação se faz de forma difícil, pois esta está entre “[...] o unívoco e o equívoco, reúnem análise e síntese.” (Gil, 2001, p. 91). Ela seria colocada entre a descrição, destacando características dos elementos classificados, e a explicação a partir dessas características, pois assim seria possível entender o que é ou aonde se situam aqueles elementos.

O conceito de classificação é definido por muitos autores como um processo que possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possam estar ordenados para fins pragmáticos, como organização, disponibilização, posterior recuperação e também para entender e conhecer melhor um determinado objeto, pessoa ou área do conhecimento. “Classificar, na acepção mais simples do termo, é reunir coisas ou idéias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças” (VICKERY, 1980, p. 23). Através da classificação é possível escolher dentro de diversas entidades — que, de acordo com Vickery (1980), são seres concretos e conceituais — as características que melhor têm relação com a entidade que foi determinada anteriormente.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar, a partir de revisão bibliográfica, a noção de classificação na abordagem da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia considerando-se que, em cada um dos campos esse conceito é construído com particularidades, mas que nos três campos remonta a organizar e estruturar as informações e o conhecimento.

Investigar os parâmetros teóricos que cercam uma área, assim como definir um conceito exige um empenho em examinar as fontes onde possam ser apreendidos subsídios para tecer discussões acerca do que foi sugerido. Ao propor uma pesquisa que visa investigar três campos que se unem por perspectivas científicas comuns, mas que apenas recentemente vêm sendo pensados com maior cuidado acerca de suas relações, é tarefa difícil no sentido de reunir bibliografias por vezes dispersas, como é o caso da investigação acerca da classificação na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Pode-se dizer que nas três áreas do conhecimento, a classificação se deu de forma pragmática a partir do século XIX e que os estudos sobre seu conceito não se encontram esgotados e sim com imensas possibilidades de serem discutidos e analisados sob uma perspectiva de troca e diálogos entre estas áreas, portanto passíveis de serem definidos e debatidos em cada uma delas em suas distinções e aproximações.

2 A ARQUIVOLOGIA: PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A ATIVIDADE DE CLASSIFICAÇÃO

Os princípios da proveniência e de respeito à ordem original encontram-se no cerne da concepção da classificação arquivística. O princípio da proveniência ou respeito aos fundos se refere aos interesses externos, ou seja, demanda que os profissionais se atentem ao organismo produtor, englobando suas funções, fato que determinará o porquê da criação daquele documento, seu conteúdo e seu posterior uso como documento histórico. Já o princípio de ordem original incide no fato de resguardar os documentos com sua ordem original nos fundos e evitar que estes sejam tratados à luz de classificações por temas ou matérias, o que dificulta e mesmo acaba com as verdadeiras origens dos documentos.

Assim, com os relacionamentos entre documentos e seu produtor e os documentos entre si, os arquivos têm assegurado seu caráter orgânico que, através destes princípios, demonstram a importância das relações de natureza administrativa que vão se desdobrar em algumas características que fazem com que o documento se mostre como arquivístico. A organicidade arquivística incide justamente neste ponto, tem o objetivo de espelhar de forma clara e objetiva as funções, a estrutura e as atividades oriundas do órgão produtor e/ou acumulador tanto nas relações internas quanto internas. Assim, as relações orgânicas que se formam administrativamente têm todo seu contexto e estrutura refletida nos conjuntos documentais.

Para classificar: “[...] hay que identificar por sus formas y fines cada institución productora de documentos, deslindar sus secciones, departamentos y negociados, conocer sus modos reglamentarios, sus plantillas reales.” (ROMERO TALLAFIGO, 1994, p. 353).

Desta forma, entende-se a classificação como uma atividade ímpar, a atividade que preservará a ligação entre a cadeia hierárquica da instituição para maior facilidade de recuperação das informações, e demonstrará como aqueles documentos se constituíam dentro de cada órgão produtor.

O estudioso italiano Elio Lodolini (1995) alerta que qualquer organização que proponha a um arquivo a elaboração de uma ordem diferente da original aos documentos, mesmo que com o objetivo de facilitar a recuperação de informações por seus pesquisadores, representaria um prejuízo, pois os documentos estariam desprovidos de seus sentidos de

origem, dos relacionamentos com os outros grupos e com seu contexto, “[...] por el lugar que el documento ocupa entre los demás de la misma serie, del mismo fondo, del mismo archivo” (LODOLINI, 1995, p. 42).

Nesse sentido, se observadas todas as designações que os princípios de respeito aos fundos e de ordem original oferecem ao profissional para dar aos documentos uma organização ideal de acordo com sua produção, concorda-se com Sousa (2003) quando este afirma que os princípios são “[...] as bases fundamentais para a elaboração da classificação arquivística.” Assim, o autor afirma que esses princípios podem ser entendidos como: “[...] princípios de divisão ou de classificação naturais, pois são atributos essenciais e permanentes ao conjunto (arquivo) a ser dividido” (SOUSA, 2003, p. 251). Como observa o autor, o arquivo é um conjunto de documentos que, através de sua gênese, carrega as características referidas acima, ou seja, a identidade e a classificação que seus produtores lhe deram enquanto estavam sendo produzidos e acumulados.

Classificar é realizar uma série de atividades que dividem ou juntam elementos diferentes e semelhantes, com o intuito de conhecer, entender e dispor esses elementos de forma que possam ser encontrados, mas também compreendidos dentro de determinado período ou esquema. Abordando a teoria da classificação, Sousa (2003, p. 251) afirma que a definição do termo classificação é: “[...] distribuir indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Pode-se fazer essa distribuição observando-se características superficiais e mutáveis ou então tendo-se em vista caracteres essenciais e permanentes.” O autor ressalta que a divisão acontece pelas características de objetos, classificação esta que pode ser mudada e utilizada de diferentes maneiras, pois não incide na essência dos objetos e sim em sua divisão e organização.

Já Martín-Pozuelo Campillos (1996) dá a trajetória do princípio de proveniência e define algumas bases teóricas para seu entendimento. Reiterando a importancia da classificação e dos princípios, defende que: “[...] la clasificación archivística representa no solo el marco tradicional de este principio sino en si misma, [...] la esencia de la disciplina archivística en su conjunto” (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 50). A autora afirma que a classificação arquivística é considerada tradicionalmente, junto à

ordenação, como um dos aspectos mais importantes para que o desenvolvimento da organização de arquivos seja feito de forma ideal, e elenca algumas definições de classificação, como as de Yvonne Chauvin, que apresenta cinco significados diversos:

1. Acción de clasificar: hacer la clasificación día a día.
2. Tipo de clasificación. Es entonces seguida de un adjetivo: es una clasificación alfabética.
3. Operación material de guardar en forma metódica, en vista de una búsqueda posterior.
4. Conjunto de documentos clasificados. Esta clasificación comprende muchos documentos demasiado gruesos.
5. Servicio de clasificación y su local. Llevar un expediente a su clasificación. No confundir con ordenación classification. (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 51)

Em alguns pontos, a autora analisa que se demonstra claramente que a classificação é de ordem alfabética; depois, de forma pragmática, define-a como a melhor forma de guarda que seria realizada de maneira metódica, para que resulte posteriormente na busca, e, no último ponto, diz para não confundir a classificação com a ordenação (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996). Neste último ponto discutido por Chauvin, Martín-Pozuelo Campillos (1996) chama a atenção para a questão do duplo significado que permeia este conceito, pois muitas vezes é confundido ou mesmo utilizado em sua dimensão linguística como sinônimo de ordenação e organização.

A autora dá um panorama das definições de classificação no século XIX, em que defende que a preocupação pelo tema foi posta de forma não muito aberta, mas que refletia posições que deixavam margem para a discussão da terminologia dessa atividade. De tal modo, Martín-Pozuelo Campillos (1996) segue demonstrando diferentes definições do termo, e considera que dois deles ficam muito evidentes na análise terminológica que realizou: a classificação e a ordenação são termos que estão muito ligados com os mecanismos de que um arquivo dispõe para verificar suas funções, tanto no âmbito de difundir suas informações como em receber os documentos de instituições e tratá-las adequadamente (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996). Dessa maneira, sua definição de classificação é a seguinte: “Seguiendo a los canadienses Couture y Rousseau y desde una perspectiva puramente metodológica, entiendo que la clasificación es la primera etapa de un tratamiento que conduce a la accesibilidad del acervo documental.” (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 54). Esta primeira

etapa irá determinar que as outras que se seguirão serão realizadas de forma a preservar as características funcionais e informacionais dos documentos.

Na obra de Bellotto (1991), os princípios aparecem de forma extremamente importantes e o que é perceptível em suas discussões é que todas as funções que serão designadas aos profissionais terão de ser feitas a partir da clara acepção de respeito aos fundos.

Distinguindo uma classificação natural e outra aplicada, Heredia Herrera (1991) escreve que os documentos já nascem classificados, pois fazem parte de uma instituição e, dentro dessa instituição, fazem parte de uma dependência, esta é a classificação natural. A autora chama de classificação aplicada aquela em que o arquivista irá praticar com base nas observações da situação da documentação recebida, ou seja, é a elaboração da classificação regida pelas normas arquivísticas praticadas pelos profissionais arquivistas (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 253).

Para Gonçalves (1998), a classificação se apresenta como atividade hierárquica, tendo sua materialização no plano de classificação, onde irá constar os verdadeiros vínculos de toda a documentação com o organismo produtor e, justamente por expor dessa forma a cadeia documental, será possível uma compreensão e contextualização sobre a situação daquela documentação, tanto por parte dos profissionais que organizaram o arquivo quanto por parte dos usuários que terão acesso a esse acervo.

Entendimento similar aos da autora exposta anteriormente também pode ser percebido em Romero Tallafigo (1994), quando este afirma que a classificação reflete toda a estrutura orgânica e funcional de um fundo de arquivo, e que, no caso de a documentação chegar desorganizada, tem a função de: restituir a ordem, identificando e separando os documentos recebidos; distinguir e separar as grandes agravações de documentos que refletem a organização; reconstituir, dentro de cada grupo anterior, a ordem das atividades desenvolvidas pela instituição; e, por fim, elaborar um quadro de classificação em que cada divisão seja estruturada organicamente (ROMERO TALLAFIGO, 1994).

Outro autor que trata de definir classificação, ordenação e instalação, como Romero Tallafigo (1994), é Esteban Navarro (1995), em trabalho no qual discute a organização e a representação do conhecimento nos arquivos,

defendendo que a organização dos fundos só é possível se forem combinadas as três atividades. Esteban Navarro (1995) define ordenação e classificação como atividades intelectuais, deixando a parte física para a instalação. O autor explica que realmente há uma falta de normalização terminológica dentro da arquivística para definir essas áreas e isso causa certo grau de ambiguidade (ESTEBAN NAVARRO, 1995). Assim, Esteban Navarro (1995, p. 74) explica que a classificação consiste em:

Dividir e agrupar los documentos en clases, que adquieran pleno sentido mediante su integración en una jerarquía construída a partir de la elección de unas categorías y de unos criterios de estructuración, basados en la previa asunción de una determinada imagen del sistema de clasificación más adecuado para cada caso y de la parcela del conocimiento o de la realidad institucional sobre la que opera la acción de clasificar.

Dito isso, o autor afirma que a ordenação é a forma de dispor os documentos dentro de cada classe estabelecida pela classificação, seguindo critérios pré-definidos que se relacionam entre si. Esses critérios aparecem na forma de ordenação cronológica, alfabética ou numérica, sendo que têm de ser únicos e uniformes em sua organização, para exprimir a real ordenação da instituição (ESTEBAN NAVARRO, 1995). A instalação, por sua vez, é o ato de colocar cada documento em seu devido lugar e nos suportes adequados para seu armazenamento. Ela tem de seguir rigidamente as duas funções anteriores, ou seja, as grandes classes estabelecidas e a cronologia, por exemplo, e reproduzir fisicamente as estruturas definidas (ESTEBAN NAVARRO, 1995). O autor explicita também que, se bem definidos esses três conceitos, é possível entender que a organização se faz com atividades intimamente ligadas e sequenciais, pois existem claramente as relações que as constroem. Com isso, compreender esses dois termos — classificação e ordenação — é perceber que essas operações, como bem-dito por Heredia Herrera (1991), estão dentro da organização geral dos documentos de arquivo e que são essenciais, pois a classificação oferece a relação entre os documentos e a ordenação oferece a localização destes.

Outra questão discutida na bibliografia analisada são os conceitos de arranjo e classificação. Referindo-se a arquivos correntes em sua obra “Arquivos modernos”, Schellenberg (2006) afirma que a classificação é tarefa básica e eficiente para o tratamento e o controle da documentação. Para que

possam ser úteis à realização do trabalho com arquivos correntes, uma boa classificação é imprescindível, portanto, para o autor supracitado, todas as atividades do órgão produtor devem ser refletidas na organização dos documentos, pois estes comprovam e falam da organização. Nos estudos de Schellenberg (2006) também encontramos referência ao arranjo dos documentos, como em Bellotto (1991). Para o autor, a classificação, “[...] em se tratando de documentos públicos, significa o arranjo dos mesmos segundo um plano destinado a facilitar o seu uso corrente”. Em trabalho no qual faz uma análise sobre a construção discursiva em arquivologia, Barros (2010) afirma que Schellenberg é um dos primeiros a separar a classificação do arranjo e que alguns problemas terminológicos decorrentes daí são, em parte, sua responsabilidade, mas que a classificação para este autor “[...] começa a ser encarada como uma atividade gerencial [...]” (BARROS, 2010, p. 103), justamente porque irá permitir que sejam realizadas a guarda e eliminação de forma mais fácil.

Isso evidencia a perspectiva de que classificação e arranjo são funções para arquivos de idades diferentes e para arquivos diferentes. Na perspectiva de Barros (2010, p. 103):

Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos.

A classificação estaria para Schellenberg relacionada com os arquivos administrativos e arranjo para os arquivos históricos.

A classificação e o arranjo podem ser considerados como operações similares que têm, também, a terminologia como elemento que as distingue. No entanto, como mostra Gonçalves (1998), as operações realizadas em uma e outra idade podem ser diferentes, mas ambas as operações têm o mesmo objetivo, que é revelar de forma clara as relações entre as classes. Assim, classificação e ordenação são atividades que trabalham juntas e apenas são separadas por questões de nomenclatura.

Diante das discussões a respeito das terminologias utilizadas para definir a classificação arquivística, encontram-se também princípios e elementos que delimitam todo o caráter organizativo e dirigem uma prática da classificação.

A perspectiva da Arquivística Integrada defende a realização concomitante das atividades de classificação, avaliação e descrição e parte de algumas fases para contemplar o resultado. Uma destas fases é o tratamento inicial do documento, definido por etapas de pesquisa por Lopes (1996). Estas etapas vão influenciar posteriormente na elaboração das atividades acima mencionadas. O relacionamento entre documentos e seu produtor e dos documentos entre si, têm assegurado seu caráter orgânico e informacional através da Arquivística Integrada, por demonstrar a importância de compreender a natureza de um documento a partir do momento de seu nascimento com características de documento arquivístico, com valores e informações que façam sentido a seu produtor e a seus pesquisadores e que a classificação corresponde a uma fase que, sistematizada com o restante do tratamento, é essencial para a recuperação das informações.

Por fim, é possível compreender que a classificação é fundamental para o desenvolvimento da teoria e das práticas arquivísticas. Concorda-se com Sousa (2003, p. 241) quando este afirma que a classificação: “É a função intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação.”

Assim, a classificação na Arquivologia não se resume a atribuir números, códigos e subdivisões a atividades e documentos, e sim é um processo de organização intelectual em que as características, as informações e o contexto de cada documento tratado refletem, com maior ou menor grau de complexidade, as funções e atividades desenvolvidas por uma instituição, a vida de uma pessoa ou os fatos de uma cidade ou país. A principal função de um documento de arquivo é a informação a respeito de determinado fato.

3 A BIBLIOTECONOMIA: CLASSIFICAÇÃO FILOSÓFICA E OS SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICOS

A organização física de documentos não é uma preocupação que se inicia apenas com a emergência das classificações bibliográficas no século

XIX. Como organizar e manter documentos minimamente acessíveis para o uso sempre foi tema que reuniu a atenção das mais diferentes culturas no intuito de armazenar seus registros produzidos. De acordo com Tálamo et al (1995), no segundo milênio antes de Cristo, encontra-se a evidência mais antiga da procura por uma ordem dos documentos mesopotâmicos, que, produzidos em tábua de argila, tinham de ficar protegidos por um tipo de envelope que continha algumas informações semelhantes ao que hoje chamamos de resumo.

As classificações bibliográficas, como entendidas atualmente, são fruto do final do século XIX, quando foram elaboradas tabelas sistemáticas que pretendiam dividir o conhecimento de forma a ser funcional para encontrar informações e documentos.

Com a finalidade de estabelecer as relações devidas entre os documentos, mantendo as características intelectuais de sistemas de pensamento que foram desenvolvidos até o momento, os sistemas de classificação se tornaram instrumentos imprescindíveis para as funções dentro de uma unidade informacional. De acordo com San Segundo Manuel (1996, p.69) classificar é agrupar os documentos de acordo com seu conteúdo e assim, conseguir montar um esquema de grupos nos diferentes campos do conhecimento tendo como consequência o compartilhamento conceitual entre estes campos.

O ordenamento de documentos de acordo com o assunto de que tratam e sua separação ou junção que leva em consideração as semelhanças e diferenças é a base das classificações bibliográficas, pois, “Na verdade, quando nos referimos á classificação bibliográfica, subentendemos uma classificação que tem por base os assuntos tratados nos documentos.” (PIEDEADE, 1983, p.65). Mesmo sendo bibliográficas, Piedade (1983), explica que uma classificação pode ter base filosófica ou não, e as que não tem são denominadas *classificações utilitárias*.

Em relação ao conceito de classificação bibliográfica, San Segundo Manuel (1996, p. 70) escreve que estas: “[...] se basan prioritariamente en las clasificaciones del conocimiento, pero añaden a éstas distintas características que las conforman como tales.” A autora explica que as classificações bibliográficas têm o objetivo de ordenar os grupos temáticos de uma

determinada unidade documental e elaborar catálogos e bibliografias sistemáticas que sejam úteis à recuperação das informações, sendo que toda a documentação seria regida por uma ordem que se interrelaciona (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). Nesta direção, Tálamo et al (1995), escrevem que o acesso à informação sempre é realizado através de intermediações, ou seja, sempre terá um meio para ser transmitido, sendo assim, as intermediações, em uma biblioteca, se materializam nas figuras dos catálogos e bibliografias onde as informações podem se relacionar de forma a dar acesso a documentos que estariam eventualmente dispersos.

Com base em San Segundo Manuel (1996), faz-se referência ao sistema de classificação de Jacques Charles Brunet, que, no mercado livreiro parisiense do século XIX, escreveu o *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, um repertório bibliográfico para os fundos de livros que seriam comercializados (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). San Segundo Manual (1996) explica que Brunet não foi o primeiro a elaborar um instrumento assim, sendo que em 1678, um teólogo francês chamado Jean Garnier, elaborou um sistema de classificação para organizar a Biblioteca del Colegio Jesuita de Paris, onde, de acordo com a autora, inovou ao deixar as divisões das disciplinas que eram oferecidas nas faculdades e estabelecer grupos temáticos que incluíam a Teologia, Filosofia, História e Jusriprudência. No contexto onde se encontrava, a classificação de Garnier foi um marco por ter sido realizado sob uma estrutura doutrinal. Desta forma, com a influência de Garnier, Jacques Brunet elaborou o seu sistema que apresentou notações mistas e complexas, que combinava algarismos arábicos e romanos e letras maiúsculas e minúsculas (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996; PIEDADE, 1983).

Por ter sido muito difundido, este sistema leva o nome de Brunet, sendo até hoje visto como um esquema de classificação que teve grande expansão. No século XIX pode-se dizer que o sistema francês de classificação foi dominante, no entanto, de acordo com San Segundo Manuel (1996), no final do século foi sendo substituído pelos sistemas anglo-saxões como o de Melvil Dewey. Para Dias (2007, p.16) a classificação tem o objetivo de “identificar o conteúdo dos documentos”, no entanto, diferente de outros processos característicos da biblioteconomia, tem duas características específicas: “[...] a) o objetivo é o de determinar um lugar para o documento

numa coleção organizada por assunto; e b) utiliza um sistema de classificação bibliográfica para representar os assuntos.”

O exemplo de um sistema de classificação bibliográfica de grande difusão é a Classificação Decimal de Dewey. A partir do estudo das obras dos grandes filósofos como Aristóteles, Locke, Bacon, Harris, a CDD não rotulava as estantes e sim permitia de forma específica que os livros fossem encontrados. Assim, o sistema de Dewey se presta como uma classificação enumerativa, onde indica os assuntos de forma a apresentar símbolos que representam o conhecimento (PIEDADE, 1983). O sistema, como explica San Segundo Manuel (1996), nasceu para responder às necessidades práticas de uma determinada biblioteca de tipo específico, semelhante a uma biblioteca municipal ou escolar, que precisavam dispor de forma imediata os livros acessíveis a seus usuários.

Já o sistema de Classificação Decimal Universal, também muito difundido, é fruto do trabalho de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Silva e Ganin (1994), explicam que por conter elementos que permitem que sejam criados subsistemas ou minisistemas de conceitos secundários que não estão previstos dentro do sistema e que podem ser atribuídos pelo classificador, a classificação de Otlet e La Fontaine combinam de forma inovadora a hierarquia que era seguida rigidamente na CDD e a riqueza oferecida pela síntese, representadas pelos inúmeros símbolos e tabelas auxiliares.

A classificação facetada de Shiyan Ramarita Ranganathan, trata de identificar e organizar um assunto de maneira que suas partes possuam características comuns a diversas categorias de um mesmo assunto. Nestes sistemas, tem-se a divisão do assunto realizada em cadeia, ou seja, quando há a análise, é necessário que este seja dividido em subclasses até que as possibilidades se esgotem. Na história das classificações bibliográficas, Ranganathan representa, para Vickery (1980), o pensador que desenvolveu da melhor maneira a teoria das classificações e que hoje, de acordo com Tristão et al (2004, p. 165): “[...] tem sido largamente discutida na academia como uma solução para a organização do conhecimento, em decorrência de suas potencialidades de acompanhar as mudanças e a evolução do conhecimento.”.

O conhecimento é considerado por Ranganathan como um ciclo que contém a totalidade de ideias de um ser humano, essas ideias ficam claras e são construídas através da observação e das influências das coisas que o cercam em seu meio.

Como todos os sistemas, este teve seu desenvolvimento marcado por correções, discordâncias e críticas, que ainda estão sendo elaboradas e contribuem para que se aperfeiçoe e ofereça novas possibilidades de uso. Vickery (1980) coloca que estas ideias e teorias desenvolvidas pelo filósofo fizeram com que a classificação fosse vista com maior flexibilidade, mas alerta que seus estudos ainda estão sendo analisados na totalidade e que o uso deste instrumento é restrito no sentido de ser extremamente específico e, talvez, não funcione tão bem com usuários em unidades de informação. No mais, as contribuições de Ranganathan hoje se refletem na Teoria do Conceito, Teoria da Classificação e são estudadas no âmbito da construção de tesouros e taxonomias para a organização do conhecimento em diferentes tipos de ambientes.

Pode-se citar ainda com igual importância, os sistemas desenvolvidos por Charles Ami Cutter, que em 1879 publicou a *Expansive Classification*, onde propôs uma organização dos assuntos e áreas de forma expansiva em sete tabelas classificatórias; a classificação da Biblioteca do Congresso de Washington, de 1800, que estabelece os assuntos tratados em suas tabelas representados por letras do alfabeto; a classificação de James Duff Brown, que em 1906 publica a Classificação Temática; a classificação de Henry Evelyn Bliss, que estabeleceu uma divisão de assuntos a partir de quatro pontos de vista que são o filosófico, teórico, histórico e prático proposta na obra seriada *A bibliographic classification extended by systematic auxiliary schedules for composite spedification and notation*, publicado em 1953. Evidencia-se que estes sistemas e outros que são utilizados e ainda desenvolvidos atualmente são os resultados de estudos, grupos de pesquisa e esforços para proporcionar uma organização das informações e do conhecimento que contemple ao mesmo tempo as exigências práticas como teóricas em termos de novas linguagens e perspectivas documentárias.

4 A MUSEOLOGIA: A MATERIALIDADE CLASSIFICADA

Para preservar, expor e oferecer ao estudo e laser seus objetos os museus necessariamente precisam de um sistema de organização e tratamento informacional. Este tratamento se dá através de processos que irão envolver a coleta de objetos, o armazenamento adequado, o tratamento no sentido de classificar e catalogar as peças, organização e por fim a disseminação das informações destes objetos em catálogos elaborados especificamente para este objetivo.

A criação de normas e modelos que sirvam para a mediação das informações que os objetos carregam visam uma interlocução entre os contextos culturais que estes representam e sua disseminação para os usuários que necessitam de informações por diversos motivos. Os objetos de museus, como qualquer outro documento, têm informações e representam um momento da atividade humana ou um registro da natureza. São fontes de pesquisa e assumem dentro da instituição um papel voltado ao conhecimento e ao estudo, já que mostram uma realidade deslocada de seu lugar original. Por isto devem ser tratados, contextualizados, catalogados e classificados adequadamente. Quando se trata de estudar os museus com foco em suas funções Ferrez (1994), entende que este é intimamente ligado às atividades informacionais, pois os objetos são portadores e veículos de informações e como tais têm o potencial de se transformarem em fontes para pesquisas científicas, podendo assim gerar novas informações e conhecimentos.

A classificação é um dos elementos que compõe, junto a catalogação, aquisição e pesquisa, o processo de tratamento documental das peças do acervo de um museu. A materialização deste tratamento se dá através da elaboração dos catálogos, inventários e bases informatizadas que possibilitam uma visão geral dos dados das coleções, o que também permite uma sistematização destas informações tanto para os profissionais que cuidam do acervo quanto para os pesquisadores e usuários.

A elaboração de instrumentos que possam servir para auxiliar na gestão e na organização, com regras determinadas, para os objetos de museu é a Documentação Museológica.

Os instrumentos que fazem o controle administrativo, difusão dos fundos e coleções do museu, inventários, catálogos ou guias são na visão de

Marín Torres (2002) a documentação museográfica¹, pois todo estudo que se fizer de uma coleção, pressupõe que seja dirigido pela elaboração de instrumentos de classificação, catalogação, análise, para que a informação científica seja devidamente divulgada e possa ser pesquisada.

Para Barbuy (2008) a Documentação Museológica é a organização das informações sobre o acervo de um museu. Esta organização permite que todos os trabalhos desenvolvidos na instituição tenham uma base que permita que as informações se tornem acessíveis ao público e pesquisadores.

Para que seja realizado o tratamento das obras de um museu de acordo com as Normas da Documentação Museológica, todos os objetos passam pelos processos de registro, fotografia do objeto para o catálogo e inventário.

No âmbito do campo da museologia, levando em consideração Documentação Museológica, termo classificação é definido pelos Cadernos de Diretrizes Museológicas (2006, p.148) como:

[...] sequência de operações realizadas em um museu que visam a distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras. Exemplo: no Museu Mineiro, o conjunto de objetos classificados na categoria comunicação, embora apresentem diferenças entre si, quanto à morfologia, material, técnica, dimensão e uso, compartilham da característica de prestarem-se como suporte material às atividades de comunicação, ou seja, de transmissão de informações ao homem, seja na forma escrita, sonora, visual, etc.

Portanto, em um museu a classificação é feita a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, a classificação segue o tipo de museu e provavelmente suas linhas de atuação e os instrumentos são inseridos de acordo com estes preceitos.

¹ Adota-se a definição documentação museológica, no entanto a autora distingue museografia de museologia conceituando da seguinte maneira: "Sin entrar en la profunda discusión y en la abundante literaturacientífica que ha estudiado estos dos conceptos, podemos decir, que, basicamente, se distingue por el acercamiento teórico-histórico de los fenômenos museísticos y la cultura material realizado por la museología, frente ao estúdio de orientación más práctica que ejerce la museografía. Del mismo modo, la documentación museológica seria uma parte disciplinal dentro de la ciencia museologica que se encarga de estúdio de la teoria, história, técnicas y procedimientos llevados a cabo en los museos a la hora de gestionar y dar un sentido informativo y científico a sus colecciones. (MARÍN TORRES, 2002, p.50).

Para Ferrez (1994), baseada nos apontamentos de Mensch (1987), os objetos são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que devem ser identificadas na abordagem museológica. As informações intrínsecas são as percebidas no próprio objeto, sem necessidade de recorrer a outras fontes. As informações extrínsecas ou informações documentais como apontada por Ferrez (1994), baseada em Mensch (1987), necessitam de outras fontes para que sejam conhecidos o contexto e o significado que o objeto teve antes de sua entrada no museu. Geralmente estas informações são obtidas no momento que o objeto é adquirido pelo museu ou através de pesquisa e bibliografias. Desta forma, são descritas as categorias de informação que devem ser identificadas a partir dos objetos.

Quadro 1: Categorias de informação que devem ser identificadas a partir do objeto

Categorias de informação a serem identificadas a partir dos próprios objetos ou de outras fontes, Ferrez (1998, p.02) baseada em Mensch (1987, 1990)	
1. Propriedades físicas dos objetos (descrição física)	
a) composição material b) construção técnica c) morfologia, subdividida em:	<ul style="list-style-type: none"> • forma espacial, dimensões • estrutura da superfície • cor • padrões de cor, imagens. • texto, se existente
2. Função e significado (interpretação)	
a) significado principal b) significado secundário	<ul style="list-style-type: none"> • significado da função • significado expressivo (valor emocional) • significado simbólico • significado metafísico
3. História	
a) gênese b) uso c) deterioração, ou marcas do tempo d) conservação, restauração	<ul style="list-style-type: none"> • processo de criação no qual idéia e matéria-prima se transformem num objeto • uso inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador/fabricante • reutilização • fatores endógenos • fatores exógenos

Fonte: MENSCH (1987; 1990) *apud* Ferrez (1998, p.02).

A autora explica que a análise do objeto é feita seguindo a matriz tridimensional, a propriedade física, a função e o significado e história sendo que a propriedade física é referente às características extrínsecas e a função, significado e história referem-se às características intrínsecas dos

documentos (FERREZ, 1998).

Um esquema de classificação com vias à normalização é o trabalho de Yvonne Oddon, a Ficha Classificatória Polivalente – Oddon – 1 que foi elaborada no ICOM que, apesar do nome, mostra campos voltados mais à descrição do que à classificação propriamente dita.

Yvonne Oddon, de acordo com Oliveira (2009), foi influenciada pelo estudioso Georges Henri Rivièr, que foi um dos participantes da criação do ICOM em 1947, e foi seu diretor de 1948 a 1966. Mesmo depois de sua saída da direção, Rivièr permaneceu como “conselheiro permanente” até 1985, ano de sua morte (LAPA, 2011).

De acordo com Oliveira (2009), para Rivièr o estudo das coleções do museu se dava com a elaboração paralela de instrumentos de classificação e de análise, que serviria tanto para a organização da documentação como para a gestão. Deste modo a documentação era atividade central nos museus considerando que a atividade primordial da instituição eram suas funções educativas e culturais e por isso teria de ter aspectos que contemplassem a comunicação da informação científica (RIVIÈRE, 1993 apud OLIVEIRA, 2009). A autora ressalta que Rivièr compreendia o termo documentação de forma “polivalente”, porque pode ser moldada e utilizada de acordo com as necessidades de cada instituição, além de ser um termo que ainda não tem um campo nocional definido na área (OLIVEIRA, 2009). Assim, os instrumentos seriam as formas mais precisas e seguras para o estudo e conservação das informações que são produzidas em um museu tendo sua materialização no catálogo, quando for o caso de um tratamento científico e para o registro dos objetos, no inventário.

A Ficha Classificatória Polivalente foi criada entre 1971 e 1973 e serviu, na época, como referência para diferentes sistemas de documentação de museus de forma internacional, como era a proposta do ICOM. Podia ser adaptada a variados tipos de acervos, pois sua intenção era justamente a padronização do tratamento documental. De acordo com a necessidade de cada museu, a ficha poderia ter mais ou menos detalhes ou campos e dar uma visão ampla sobre cada objeto (CAMARGO-MORO, 1986). Os campos da ficha, se observados em relação ao tipo de museu, podem ser considerados bem genéricos, visto que as informações em determinados museus, como os de

arte, etnográficos ou históricos têm de ser específicas e seguir a linha em que o museu se insere.

No Manual Prático “Como Gerir um Museu”, publicado pelo ICOM (2004), há a menção à classificação em diversos momentos, mas não há uma definição nem um tópico específico para o assunto. Num primeiro momento o Manual explica o processo de catalogação, numeração e identificação dos objetos museológicos e cita a classificação como uma informação no catálogo, junto a detalhes descritivos, identificação, origem, fotografia do objeto. Depois, no momento em que o Manual descreve e recomenda campos para a elaboração do inventário, é recomendado: “Informação sobre a classificação e nome” (ICOM, 2004, p. 51), no caso esta classificação seria para museus de história natural podendo ser adaptada a outros tipos de museus como de artes ou históricos. Os campos são descritos da seguinte maneira:

Informação sobre a classificação e nome

Nome do objecto/nome comum (campo obrigatório)

O nome comum do objecto, mais conhecido entre um membro do público ou investigador. Pode ser útil incluir um nome geral, seguido pelo nome técnico mais específico, de forma que a função seja comum ao utilizador geral e ao investigador. No caso de um objecto arqueológico, de arte ou de história, este registo pode ser completado pelos dois campos da categoria (categoria por forma, função ou tipo e Categoria por técnica). No caso de um espécime de história natural, este registo é para a forma não latina do nome, enquanto o nome latino é registrado no nome de Classificação. [...].

Nome de classificação

O nome de classificação de um espécimen de história natural.

Exemplo: “*agraecum sesquipedale*”. (ICOM, 2004, p.51).

O Manual continua a explicação, sugerindo a classificação por determinadas categorias, dando o entendimento de que esta função é objetiva no sentido de dar um lugar ao objeto e definir sua classe dentro da instituição:

Categoria por forma, função ou tipo

Termo de classificação que descreve a forma física, função ou tipo do objecto. O método específico dependerá da área de estudo. Exemplo: “*recipente*”, “*mobiliário*”. [...].

Categoria por técnica

Termo de classificação que descreve a técnica de produção do objecto. O método específico deve ser registrado no campo Técnica. A utilização deste campo de classificação dependerá do tipo de acervo. Exemplo: “*cerâmica*”, “*cestaria*”. (ICOM, 2004, p.51)

É possível perceber que nas recomendações do Manual do ICOM, a classificação é uma parte do processo de catalogação que dará origem e

definirá os campos necessários para o inventário. Estas recomendações fazem parte do esforço dos profissionais do ICOM em estabelecer uma normalização e adequação às formas de tratamento dos acervos de museus.

O “Thesaurus para acervos museológicos”, se destaca em relação ao tratamento e classificação dos objetos de museus. Publicado em 1987, lançado pela Fundação Nacional Pró-Memória e de autoria de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini o Thesaurus é a primeira obra brasileira a propor uma classificação para os objetos de coleções históricas, ou seja, os museus que tratam dos grandes temas de uma nação, por exemplo. O Tesauro é um instrumento que tem como característica ser constituído por um conjunto de termos que se referem a uma área específica do conhecimento e relaciona, de forma semântica e genérica estes termos.

O “Thesaurus para acervos museológicos” foi elaborado de acordo com as relações de gênero e espécie, ou seja, relações que refletem o todo, portanto genéricas. As relações partitivas, associativas e de equivalência e o esquema classificatório proposto compreende três níveis que são básicos: “[...] hierarquicamente relacionados: classes, subclasses e uma lista aberta de termos/nomes de objetos que pode ser expandida, de forma controlada, pelos usuários [...]. As classes se estabelecem como referência para o universo dos objetos do acervo; as subclasses reúnem classes funcionais mais precisas e os “termos/nomes dos objetos”, tal como as autoras denominam, são “palavras para identificar objetos específicos” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p.22).

[...] o conceito de função original é parte importante [...], pois é o atributo imutável presente em todos os objetos e, portanto, a única característica que pode ser utilizada como fundamento para uma classificação sistematizada, independentemente do uso que esses objetos possam vir a ter mais tarde (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p.22).

As autoras explicam que a classificação, na construção metodológica do thesaurus não teve o propósito de classificar o universo geral dos objetos/documentos criados pelo homem e sim se resume à classificação apenas de alguns museus brasileiros. Portanto o thesaurus não representa a totalidade dos conhecimentos de um acervo, mas fornece um modelo para que outros trabalhos possam ser desenvolvidos em cima do que foi proposto.

Pode-se verificar pelo exposto, que as noções de documento, documentação, informação, classificação, foram sendo estabelecidas juntamente com o desenvolvimento da teoria em museus e que necessitam de mais estudos e aprofundamentos em relação a seus conceitos.

5 À GUIA DE CONSIDERAÇÕES

Averiguou-se, durante a revisão bibliográfica e a análise das obras aqui citadas que, para contemplar as nuances que os diversos tipos de documentos trazem permeados por suas informações, as classificações na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia se tornam atividades complexas, realizadas com parâmetros específicos a cada um, mas com olhares interdisciplinares que podem possibilitar aspectos essenciais para o tratamento das informações e do conhecimento.

Qualquer sistema de classificação fechado, que tenha a pretensão de ser uniforme, irá se tornar obsoleto por conta da dinamicidade das relações que influenciam a maneira destas áreas tratarem seus documentos. A Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são compostas pela dinamicidade das relações sociais. As práticas que refletirão como as informações serão oferecidas são necessidades das próprias sociedades, moldando um desenvolvimento cíclico entre sociedade, desenvolvimento teórico e práticas consolidadas nas instituições.

Por outro lado, a utilização de sistemas de classificação para a organização de informações e conhecimento revelam uma necessidade, por mais que sejam um recorte da realidade. A utilização destes deve ser a favor dos objetivos determinados por cada domínio.

A Arquivologia tem especial interesse pela contextualização e gênese do documento, sendo que sua classificação reflete todo o processo de nascimento, uso e armazenamento documental, sendo um espelho de seu produtor. Norteada pelos princípios da proveniência, ordem original e pela organicidade, se mostra com características que asseguram que o documento seja compreendido a partir de sua história e produção.

A Biblioteconomia analisa, indexa e classifica seus documentos de acordo com o domínio em que trabalha e em seu desenvolvimento mostra-se

cada vez mais importante para a organização da informação e do conhecimento em diferentes ambientes sendo que a base se dá através dos princípios das classificações bibliográficas. A análise e a síntese realizadas no processo, permitem que o conjunto de relações hierárquicas seja assegurada e representada adequadamente em produtos documentários.

A Museologia busca contemplar o universo da pesquisa, da educação e da contextualização de seus documentos através do tratamento pela Documentação Museológica e aperfeiçoar as técnicas e estudos em relação a hierarquização e organização de sua documentação tendo como principal norte as coleções, o tipo de museu e as prováveis linhas de pesquisa. Aqui também se mostram importantes o domínio e a contextualização dos documentos para que sejam hierarquizados de acordo com os temas e coleções vigentes.

Cabe ressaltar que esses fazeres tradicionais materializados obedecem a reflexões e teorias de entendimento do que seja um documento e informação para estes campos. Considera-se o desenvolvimento dos sistemas de classificação e da noção de classificação em cada um como fruto de sua época e de seu contexto. Assim, cada um tem suas especificidades que por vezes se aproximam e outras se distanciam, mas delimitam um espaço em sua literatura e seus fazeres.

Fica claro que os estudos sobre a classificação nos três campos, assim como os estudos gerais da classificação na área de Organização da Informação e do Conhecimento, devem ser aprofundados no sentido de dar subsídios teóricos às discussões pautadas tanto para aferir o campo profissional quanto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. In: **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.22, 2º semestre, 2006. p.117-140.

BARBUY, Heloisa. Documentação museológica e a pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10)

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010, 132f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

CADERNO de diretrizes museográficas. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museu**: aquisição/documentação. Rio de Janeiro: Eça, 1986.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: **CONFERENCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA**, Rio de Janeiro: IBICT, 1979.

DIAS, Eduardo Wense. Tratamento temático da informação. In: **Análise de assunto**: teoria e prática. São Paulo: Thesaurus, 2007.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: GARCÍA MARCO, Javier (ed.) **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**, ACTAS DEL I ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993, Zaragoza, 1995, p. 65-90.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Cadernos de Ensaios n.2**: estudos de museologia. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1998.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena J. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória/Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

GIL, Fernando. Classificações. In: _____. **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 2001. 432p. v.41.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer;v.2)

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivistica general**: teoria y practica. Espanha: Publicaciones Diputacion Provincial de Sevilla, 1991.

KÉDROV, B.M. **Clasificación de las ciencias**: Engels y sus predecesores. Moscou: Editorial Progreso, 1974.

LAPA, Sofia. Georges-Henri Rivière na gênese do Museu Calouste Gulbenkian: contributos para o estudo da colaboração entre o museólogo francês e a Fundação Calouste Gulbenkian. **Revista de História da Arte**, Lisboa, n.8, p.88-109, 2011.

LODOLINI, Elio. El archivo del ayer al mañana: la archivística entre tradición e innovación. In: **Boletín Anabade**, n.1, 1995. Tradução realizada por María Jesús Álvarez-Coca González de palestra proferida pelo autor em 17 de novembro de 1993, no Archivo histórico Nacional, Espanha.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

MARÍN TORRES, María Teresa. **Historia de la documentación museológica**: la gestión de la memória artística. Espanha: Ediciones Trea, 2002.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. **La construcción teórica en archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1996.

MENSCH, P. V. Museus em movimento. **Cadernos museológicos** n.1. Rio de Janeiro: IBPC, 1987.

OLIVEIRA, Ana Karina Rocha de. **Museologia e Ciência da Informação**: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'Roupas Brancas'. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PIEDEADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciêncie, 1983. 221p.

POMBO, Olga. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2002. Disponível em : <www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/pombo-classificacao.pdf>. Acesso em 25 de mai. 2007.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. **Archivística y archivos**: soportes, edificio y organización. 2.ed. Carmona: S&C ecidiciones, 1994 (Biblioteca Archivística;1)

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1996.

SHERA, Jesse Hauk. Padrão, estrutura e conceituação na classificação. Tradução de Hagar Espanha Gomes. 1957. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitih/shera/index.htm>>. Acesso em: 22 de abril de 2008.

SILVA, Odilon Pereira da; GANIN, Fátima. **Manual da CDU**. Brasília: Briquet Lemos, 1994.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M. et al. Vamos perseguir a informação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v.4, p.52-57, set./dez. 1995.

TRISTÃO, A.M.D.; FACHIN, G.R.B; ALARCON, O.E. Sistema de classificação e tasauros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.2,, p.161-171, maio/ago. 2004.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG-Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).